

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasileiros

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasileiros (“Fundação” ou “Brasileiros”) é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída em 23 de março de 1972, de acordo com autorização de funcionamento concedida pelo Ministério da Previdência - MPAS, através da Portaria nº 1.549 datada de 17 de maio de 1979.

A Fundação é dotada de autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo instituir e manter planos privados de concessão de benefícios de renda ou de pecúlio, suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social.

Nos termos da legislação em vigor, a fonte de custeio dos planos são exclusivamente as contribuições dos participantes e das patrocinadoras. As referidas contribuições formam as reservas necessárias para garantia do pagamento dos benefícios contratados.

As operações da Fundação são fiscalizadas pelo Ministério da Previdência Social, por meio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. Estão, assim, sujeitas ao exame do referido órgão, que defende e protege os interesses dos participantes e beneficiários, todos os atos dessas entidades, inclusive e, especialmente, o estatuto social e os regulamentos dos planos de benefícios que vinculam os participantes.

Os recursos arrecadados e os frutos decorrentes da administração desse patrimônio integram um fundo pertencente a uma coletividade. A alocação desses recursos observa especialmente a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional.

A Fundação mantinha até o exercício de 1998 um único plano, do tipo benefício definido, denominado Plano de Complementação de Aposentadoria (PCA). Em 8 de janeiro de 1999, através do Ofício nº 15/SPC/CGOF/COJ, a Secretaria de Previdência Complementar, com base na Instrução nº 6 de 16 de junho de 1995, aprovou a implantação do novo Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida - PACD, cuja nomenclatura foi alterada para Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV, após aprovação do Conselho Deliberativo em 21 de fevereiro de 2006, em cumprimento à Instrução Normativa SPC nº 9, de 17 de janeiro de 2006.

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

<u>Plano de benefício</u>	<u>CNPB</u>	<u>Modalidade</u>	<u>Patrocinador</u>
Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA	1972000111	BD	Ampla Energia e Serviços S.A.
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV	1999000374	CV	Ampla Energia e Serviços S.A. Brasiletros Enel Brasil S.A.

Plano de benefícios definidos - BD - PCA

O plano de benefícios definidos prevê em seu regulamento os seguintes benefícios:

- Aposentadoria por idade.
- Aposentadoria por invalidez.
- Aposentadoria por tempo de contribuição.
- Benefício mínimo.
- Pensão por morte.

Este plano está fechado para novas adesões, desde 08/01/1999.

Plano de contribuição variável - CV - PACV

O plano de contribuição variável prevê em seu regulamento os seguintes benefícios:

- Aposentadoria antecipada.
- Aposentadoria normal.
- Invalidez.
- Pensão por morte.

Composição do quadro de participantes da Fundação:

<u>Descrição</u>	<u>2015</u>			<u>2014</u>		
	<u>PCA</u>	<u>PACV</u>	<u>Consolidado</u>	<u>PCA</u>	<u>PACV</u>	<u>Consolidado</u>
Totais	2.041	1.838	3.879	2.081	1.777	3.858
Participantes ativos	2	1.152	1.154	22	1.134	1.156
Autopatrocinados	-	9	9	-	8	8
Diferidos	-	127	127	-	99	99
Assistidos	1.356	477	1.833	1.396	468	1.864
Pensionistas	683	73	756	663	68	731
Idade média	69	46	58	69	46	58
Participantes ativos	63	39	39	71	39	40
Autopatrocinados	-	41	41	-	42	42
Diferidos	-	40	40	-	40	40
Assistidos	70	63	68	69	62	68
Pensionistas	67	58	66	66	57	66

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Essas práticas contábeis são específicas para o segmento das entidades fechadas de previdência complementar. Como consequência, (I) não existe a segregação de ativos e passivos entre circulante e de longo prazo, (II) os investimentos estão contemplados no grupo "Ativo Realizável", (III) o "Ativo Permanente" abrange somente os bens utilizados na operação da Entidade e (IV) o grupo "Provisões Matemáticas" representa em valores presentes os compromissos assumidos pela Fundação junto aos seus participantes.

A segregação dos registros contábeis possui duas gestões distintas (previdencial e administrativa) e o fluxo de investimentos que é comum às gestões previdencial e administrativa.

As demonstrações financeiras e os quadros das notas explicativas estão apresentados em milhares de reais.

A Fundação não possui ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, na data do fechamento das suas demonstrações financeiras.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações que irão evidenciar:

- Balanço Patrimonial - De forma consolidada, os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos.
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS - De forma consolidada, as modificações ocorridas no Patrimônio Social dos planos.
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Por plano de benefícios, as mutações ocorridas no Ativo Líquido ao final do exercício.
- Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Por plano de benefícios, a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais.
- Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios - DOA - Por plano de benefícios, a composição das Provisões Técnicas.

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA - Por plano de benefício, o resultado da atividade administrativa da Fundação e as mutações do fundo administrativo ocorridas ao final do exercício.

Cada Plano de Benefícios tem sua contabilidade estruturada em Gestão Previdencial e Investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos das contas dos Planos de Benefícios PCA e PACV e do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

A Instrução MTPS/PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015, que alterou a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, atualizando os modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras das entidades fechadas de previdência complementar, e produzindo efeitos de forma facultativa e a critério da entidade fechada de previdência complementar, a partir da data de publicação de 22 de dezembro de 2015, e de forma obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2016. A Administração da Brasiletros procedeu algumas reclassificações nos saldos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, visando à manutenção da comparabilidade dos saldos. Conforme demonstrado no quadro abaixo, as reclassificações realizadas se referem exclusivamente à apresentação dos saldos de “empréstimos” e “financiamentos imobiliários” em uma única rubrica denominada “empréstimos e financiamentos”.

As contas afetadas pelo novo modelo de preenchimento das demonstrações financeiras e seus respectivos saldos em 31 de dezembro de 2014 publicados originalmente, e que estão sendo reclassificados para fins de uma melhor apresentação das demonstrações financeiras e refletindo a opção da Administração em adotar de forma antecipada as modificações implementadas na Instrução MTPS/PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015, encontram-se apresentadas abaixo:

	Balanco patrimonial consolidado			Saldo reclassificado e representado
	Saldos originalmente publicados	Reclassificações	Ref.	
Realizável	984.023	-		984.023
Investimentos	952.675	-		952.675
Empréstimos	4.557	(4.557)	(a)	-
Empréstimos e financiamentos	-	4.586	(a)	4.586
Financiamentos imobiliários	29	(29)	(a)	-

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

Demonstração do ativo líquido - PCA			
	Saldos originalmente publicados	Reclassificações	Ref. Saldo reclassificado e representado
Ativos	722.203	-	722.203
Investimento	689.946	-	689.946
Empréstimos	2.246	(2.246)	(a) -
Empréstimos e financiamentos	-	2.275	(a) 2.275
Financiamentos imobiliários	29	(29)	(a) -

Demonstração do ativo líquido - PACV			
	Saldos originalmente publicados	Reclassificações	Ref. Saldo reclassificado e representado
Ativos	261.614	-	261.614
Investimento	255.675	-	255.675
Empréstimos	2.311	(2.311)	(a) -
Empréstimos e financiamentos	-	2.311	(a) 2.311

(a) Consolidação das rubricas, conforme estabelece Instrução MPS/Previc nº 25.

As reclassificações implementadas pela Instrução MTPS/PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015, não alteraram os saldos originalmente publicados do total de ativos ou totais dos respectivos grupos contábeis, os quais as rubricas alteradas pertencem.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração em 17 de março de 2016.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Resultado das operações

Conforme legislação vigente, os lançamentos contábeis são registrados pelo regime de competência. Na apuração do resultado, são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente da sua efetiva realização, bem como as despesas, as deduções e variações negativas pagas ou incorridas no mês correspondente. Com exceção feita às receitas de contribuições de auto patrocinados, cuja escrituração é feita com base no regime de caixa.

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.1. Resultado das operações--Continuação

Gestão previdencial

Registra as contribuições apuradas mensalmente (devidas pelas patrocinadoras e pelos participantes), as provisões de recebimento da contribuição sobre a folha de 13º salário e os valores depositados judicialmente relativos às contingências da gestão previdencial.

3.2. Ativo realizável

Gestão administrativa

Registra os direitos a receber, as despesas futuras, os adiantamentos concedidos a empregados e os valores a receber da taxa das Patrocinadoras.

Investimentos

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados nas seguintes categorias:

- *Títulos para negociação*

Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos, realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do exercício.

- *Títulos mantidos até o vencimento*

Registra os títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a Fundação tenha intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Ativo realizável--Continuação

Investimentos--Continuação

A Política de Investimentos visa estabelecer as diretrizes de investimento para o longo prazo e tem como referência os Estudos de ALM - Asset Liability Management (Gestão de Ativos e Passivos). Revisões anuais no cenário macroeconômico podem ocorrer de forma a adequar a macroalocação nos segmentos de investimentos.

Os investimentos da Fundação estão alocados em fundos de investimento exclusivos e não exclusivos registrados pelo valor da cota na data do balanço distribuídos nos segmentos de renda fixa, renda variável e investimentos estruturados. Uma parte dos recursos também está alocada nos segmentos de imóveis e operações com participantes.

Seguem os principais segmentos de investimentos

a) Fundos de investimento

a.1) *Renda fixa*

Os fundos classificados como “renda fixa” possuem, no mínimo 80% (oitenta por cento) da carteira em ativos relacionados diretamente, ou sintetizados, via derivativos, aos principais fatores de risco da carteira, que são a variação da taxa de juros doméstica ou de índice de inflação, ou ambos.

a.2) *Ações*

Os fundos classificados como “ações” devem possuir, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) da carteira em ações admitidas à negociação no mercado à vista de bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado ou em outros ativos autorizados na legislação.

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Ativo realizável--Continuação

Investimentos--Continuação

a) Fundos de investimento--Continuação

a.3) *Multimercado*

Os fundos classificados como “multimercado” possuem políticas de investimento que envolve diversos fatores de risco, combinando investimentos nos mercados de renda fixa, câmbio, ações, entre outros. Podem também utilizar instrumentos de derivativos para proteção de suas carteiras.

a.4) *Direitos creditórios*

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC possuem a maior parte dos recursos destinada à aquisição de direitos creditórios que são direitos e títulos representativos de crédito, originários de operações realizadas nos segmentos financeiro, comercial, industrial, imobiliário, etc.

a.5) *Participações*

Fundo de Investimento em Participações (FIP), constituído sob a forma de condomínio fechado, é uma comunhão de recursos destinados à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, participando do processo decisório da companhia investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, notadamente através da indicação de membros do Conselho de Administração.

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Ativo realizável--Continuação

Investimentos--Continuação

a) Fundos de investimento--Continuação

a.6) *Imobiliário*

Fundos Imobiliários são formados por grupos de investidores, com o objetivo de aplicar recursos, solidariamente, no desenvolvimento de empreendimentos imobiliários ou em imóveis prontos. Do patrimônio de um fundo podem participar um ou mais imóveis, parte de imóveis, direitos a eles relativos, etc. Com rendimentos provenientes principalmente de aluguéis, tornaram-se uma alternativa para quem deseja aplicar no setor de imóveis sem precisar se envolver na administração de obras ou diretamente na compra.

b) Investimentos imobiliários

São demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados ao valor de mercado, com base nos laudos de avaliação de empresa contratada.

Foi publicada no Diário Oficial da União a Instrução MTPS/PREVIC nº 21, de 23 de março de 2015, que dispensa o registro da depreciação desde que a reavaliação imobiliária tenha periodicidade de um ano. A Fundação vem realizando reavaliações anualmente de seus imóveis.

c) Empréstimos e financiamentos

c.1) *Empréstimos*

Os empréstimos são operações de mútuos concedidos aos seus participantes e assistidos.

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Ativo realizável--Continuação

Investimentos--Continuação

c) Empréstimos e financiamentos--Continuação

c.2) *Financiamentos imobiliários*

Registram as operações de financiamentos imobiliários concedidos até dezembro de 1994 a participantes ativos e assistidos. Atualmente, o saldo apurado observa as renegociações em cobranças efetivadas pela Fundação conforme tratativas autorizadas pelo Conselho Deliberativo.

3.3. Permanente - Imobilizado

Representado pelos bens de uso próprio, é demonstrado ao custo de aquisição deduzida a depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais:

- 10% móveis e utensílios
- 10% máquinas e equipamentos
- 10% instalações
- 10% sistema de comunicação
- 10% sistema de segurança
- 20% computadores e periféricos
- 25% refrigeradores e ventiladores

3.4. Exigível operacional

Gestão previdencial

Registra o valor da folha de benefícios a pagar e seu respectivo imposto de renda retido na fonte a recolher, o repasse para os sindicatos e para a patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A. do plano médico e odontológico, dentre outros.

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.4. Exigível operacional--Continuação

Gestão administrativa

Registra os valores a recolher de encargos sobre a folha de pagamento, a provisão de férias e seus respectivos encargos, as despesas a pagar de serviços de terceiros e os tributos.

Investimentos

Registra os serviços de terceiros contratados relativos aos imóveis, os tributos e os serviços relacionados à custódia.

3.5. Exigível contingencial

As provisões para contingências são avaliadas periodicamente e são constituídas tendo como base o Pronunciamento CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e considerando a avaliação da Administração e de seus consultores jurídicos, sendo consideradas suficientes para cobrir prováveis perdas decorrentes desses processos (vide Nota Explicativa nº 8 - Exigível contingencial).

3.6. Exigível atuarial

As provisões matemáticas representam o total dos compromissos da Fundação com seus participantes ativos ou assistidos e as dívidas contratadas com as patrocinadoras, com cláusula de reajuste atuarial e calculadas por atuário externo (Towers Watson Consultoria Ltda.).

3.7. Operações administrativas

Atendendo à determinação da Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e a Instrução da Secretaria de Previdência Complementar - SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são realizados no Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio segregado dos planos de benefícios.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas previdenciais e de investimento deduzidas das despesas comuns e das específicas da administração do previdencial e investimento, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo.

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.7. Operações administrativas--Continuação

O saldo do fundo administrativo é segregado por plano de benefícios, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos. Para determinação do saldo do fundo administrativo de cada plano de benefício a Fundação utiliza o seguinte critério:

- (a) Receitas: são debitadas aos planos de benefícios em conformidade com o plano de custeio vigente, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e de investimento conforme regulamento próprio do PGA.
- (b) Despesas específicas: alocadas diretamente ao plano de benefícios e à gestão que as originou.
- (c) Despesas comuns: Os custos administrativos são determinados proporcionalmente à participação operacional de cada área nos respectivos programas.

Esses custos da gestão previdencial e de investimentos representaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, respectivamente, 61,76% e 38,24% (61,17% e 38,73% em 2014) do total geral das despesas comuns. O critério de rateio das despesas comuns entre planos foi definido em razão dos recursos garantidores de cada plano. O rateio dos custos administrativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado em 73% para o Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA (71% em 2014) e em 27% para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV (29% em 2014).

3.8. Premissas e estimativas contábeis

A Administração se utiliza de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. As principais mensurações patrimoniais que utilizam estimativas ou premissas por parte da Administração são: provisão para demandas previdenciais, trabalhistas, fiscais e cíveis, valor de determinados instrumentos financeiros, valor dos ativos imobiliários, ativos intangíveis, definição da vida útil de determinados ativos, passivos atuariais e outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

4. Realizável da gestão previdencial

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A.	1.320	1.232
Contribuições normais do mês	1.320	1.232
Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA	5	6
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV	1.315	1.226
Patrocinadora Enel Brasil S.A.	-	1
Contribuições normais do mês	-	1
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV	-	1
Depósitos judiciais	40.134	29.590
Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA	39.942	28.733
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV	192	857
Outros realizáveis	1	1
Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA	1	1
Total realizável da gestão previdencial	41.455	30.824

As contribuições das patrocinadoras são registradas pelo regime de competência e recebidas até o quarto dia útil do mês subsequente. Apenas as contribuições de auto patrocinados são escrituradas no regime de caixa.

Os depósitos judiciais vinculados a processos envolvendo a gestão previdencial são atualizados pela variação da caderneta de poupança até a data do fechamento do balanço.

5. Realizável da gestão administrativa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Contribuição taxa PGA	549	501
Despesas futuras	21	4
Adiantamento a empregados	37	19
Total realizável da gestão administrativa	607	524

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

6. Investimentos

6.1. Fundos de investimento

A composição da carteira de investimentos, segregada por plano, está demonstrada nas tabelas abaixo:

	2015				2014			
	PCA	PACV	PGA	Consolidado	PCA	PACV	PGA	Consolidado
Fundos de investimentos								
Fundo de renda fixa								
Santander Brasil S.A.	265.088	70.622	-	335.710	331.499	-	-	331.499
Banco BTG Pactual S.A.	1.423	949	-	2.372	1.882	1.254	-	3.136
Caixa Econômica Federal	1.940	-	-	1.940	269	-	-	269
Total dos fundos em renda fixa	268.451	71.571	-	340.022	333.650	1.254	-	334.904
Fundo de ações								
Banco Bradesco S.A.	19.397	16.333	-	35.730	31.674	3.910	-	35.584
Santander Brasil S.A.	-	-	-	-	49.256	37.095	-	86.351
HSBC Bank Brasil S.A.	40	-	-	40	21.188	2.331	-	23.519
INTRAG DTVM S.A.	-	-	-	-	3.618	2.565	-	6.183
Banco Votorantim S.A.	-	-	-	-	-	120	-	120
BEM DTVM Ltda.	-	-	-	-	-	1.749	-	1.749
Itaú Unibanco S.A..	2.282	1.618	-	3.900	5.759	6.809	-	12.568
Banco Fator S.A.	130	-	-	130	289	-	-	289
Banco BTG Pactual S.A.	25.987	20.750	-	46.737	6.411	4.546	-	10.957
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	-	-	-	-	-	588	-	588
Sul América Investimentos DTVM S.A.	2.271	2.999	-	5.270	3.385	4.643	-	8.028
JGP Gestão de Recursos Ltda.	20.099	16.437	-	36.536	-	-	-	-
BNY MELLON Serviços Financeiros DTVM S.A.	7.955	6.662	-	14.617	-	8.770	-	8.770
Total dos fundos em ações	78.161	64.799	-	142.960	121.580	73.126	-	194.706
Fundo de multimercado								
HSBC Bank Brasil S.A.	29.353	-	-	29.353	15.770	-	-	15.770
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	-	72.659	-	72.659	-	74.159	-	74.159
Banco Alfa de Investimentos S.A.	-	-	-	-	24.033	-	-	24.033
Banco Bradesco S.A.	137.169	-	-	137.169	28.877	-	-	28.877
Santander Brasil S.A.	-	-	-	-	-	90.795	-	90.795
Banco Votorantim S.A.	-	-	-	-	13.199	-	-	13.199
Itaú Unibanco S.A..	36.735	36.389	7.730	80.854	1.090	1.090	7.054	9.234
Total dos fundos multimercado	203.257	109.048	7.730	320.035	82.969	166.044	7.054	256.067
Fundo de direitos creditórios								
Caixa Econômica Federal	5.094	-	-	5.094	5.076	-	-	5.076
Total do fundo direito creditório	5.094	-	-	5.094	5.076	-	-	5.076
Fundo de participações								
Rio Bravo Investimentos Ltda.	6.060	4.040	-	10.100	14.747	9.831	-	24.578
Total do fundo de participações	6.060	4.040	-	10.100	14.747	9.831	-	24.578
Fundo imobiliário								
RB Capital Asset Management Ltda.	-	710	-	710	-	974	-	974
Rio Bravo Investimentos Ltda.	-	1.828	-	1.828	-	2.135	-	2.135
Total do fundo imobiliário	-	2.538	-	2.538	-	3.109	-	3.109
Total dos fundos de investimento	561.023	251.996	7.730	820.749	558.022	253.364	7.054	818.440

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

6. Investimentos--Continuação

6.1. Fundos de investimento--Continuação

6.1.1. Composição da carteira

a) Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA

	2015				Valor contábil	Valor de mercado	%
	Sem vencimento	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	137.141	137.141	123.866	24,44%
Fundos exclusivos							
Títulos públicos federais	-	-	-	137.141	137.141	123.866	24,44%
Notas do Tesouro Nacional – NTN- B	-	-	-	137.141	137.141	123.866	24,44%
Título para negociação	110.683	869	30.993	281.337	423.882	423.882	75,56%
Fundos exclusivos							
Renda fixa	20.347	869	30.993	281.337	333.573	333.573	59,46%
CDB	1.469	-	-	12.320	13.789	13.789	2,46%
Debêntures	-	41	-	15.312	15.353	15.353	2,74%
Letras Financeiras	-	828	3.247	10.063	14.138	14.138	2,52%
Títulos públicos federais							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	141	18.141	18.282	18.282	3,26%
Letras do Tesouro Nacional - LTN O	18.819	-	-	-	18.819	18.819	3,35%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	27.605	225.501	253.107	253.107	45,12%
Letras Financeiras do Tesouro- LFT O	14.060	-	-	-	14.060	14.060	2,51%
Outros	(13.975)	-	-	-	(13.975)	(13.975)	(2,49%)
Renda variável	17.067	-	-	-	17.067	17.067	3,04%
Ações	17.902	-	-	-	17.902	17.902	3,19%
Outros	(835)	-	-	-	(835)	(835)	(0,15%)
Fundos de investimentos não exclusivos	73.242	-	-	-	73.242	73.242	13,06%
Total	110.683	869	30.993	418.478	561.023	547.748	100,00%

No exercício de 2015, ocorreu um aumento de R\$100.500 na posição alocada em NTN-B classificada como títulos “mantidos até o vencimento”, avaliados pelo valor da curva dos papéis e com taxa média de compra de 6,44% a.a. O aumento dos títulos nesta categoria de classificação foi definido no Estudo de ALM e aprovado pela Política de Investimentos em 2015, que previa uma alocação em torno de 20% dos recursos do plano PCA.

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

6. Investimentos--Continuação

6.1. Fundos de investimento--Continuação

6.1.1. Composição da carteira--Continuação

a) Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA--Continuação

	2014				Valor contábil	Valor de mercado	%
	Sem vencimento	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	36.551	36.551	36.444	6,55
Fundos exclusivos							
Títulos públicos federais	-	-	-	36.551	36.551	36.444	6,55
Notas do Tesouro Nacional - NTN- B	-	-	-	36.551	36.551	36.444	6,55
Título para negociação	142.581	1.549	1.418	375.923	521.471	521.471	93,45
Fundos exclusivos							
Renda fixa		1.549	1.418	375.923	378.890	378.890	67,90
CDB	-	-	-	13.306	13.306	13.306	2,38
Debêntures	-	-	450	21.294	21.744	21.744	3,90
Letras Financeiras	-	359	929	6.060	7.348	7.348	1,30
Títulos públicos federais							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	1.190	39	1.386	2.615	2.615	0,46
Letras do Tesouro Nacional - LTN O	-	-	-	18.410	18.410	18.410	3,33
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	311.906	311.906	311.906	55,89
Notas do Tesouro Nacional - NTN-BO	-	-	-	3.561	3.561	3.561	0,64
Renda variável	100.055	-	-	-	100.055	100.055	17,93
Ações	51.103	-	-	-	51.103	51.103	9,16
Quotas de fundos de investimentos	48.797	-	-	-	48.797	48.797	8,74
Outros	155	-	-	-	155	155	0,03
Fundos de investimentos não exclusivos	42.526	-	-	-	42.526	42.526	7,62
Total	142.581	1.549	1.418	412.474	558.022	557.915	100,00

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

6. Investimentos--Continuação

6.1. Fundos de investimento--Continuação

6.1.1. Composição da carteira--Continuação

b) Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV

	2015						
	Sem vencimento	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de mercado	%
Título para negociação	100.963	2.436	14.691	133.906	251.996	251.996	100,00%
Fundos de investimentos exclusivos							
Renda fixa	30.599	2.436	14.691	133.906	181.632	181.632	72,08%
CDB	5.122	-	-	3.252	8.404	8.404	3,34%
Debêntures	-	-	-	9.671	9.671	9.671	3,84%
Letras Financeiras	-	2.436	3.216	6.209	11.861	11.861	4,71%
Títulos públicos federais							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	18.432	18.432	18.432	7,31%
Letras do Tesouro Nacional - LTN O	14.668	-	-	-	14.668	14.668	5,82%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	11.474	96.312	107.786	107.786	42,77%
Letra Financeira do Tesouro - LFT C	14.401	-	-	-	14.401	14.401	5,71%
Outros	(3.591)	-	-	-	(3.591)	(3.591)	1,43%
Renda variável	14.370	-	-	-	14.370	14.370	5,71%
Ações	15.073	-	-	-	15.073	15.073	5,98%
Outros	(703)	-	-	-	(703)	(703)	(0,28%)
Fundos de investimentos não exclusivos	55.993	-	-	-	55.993	55.993	22,22%
Total	100.963	2.436	14.691	133.906	251.996	251.996	100,00%

	2014							
	Sem vencimento	Até 60 dias	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de mercado	%
Título para negociação	88.333	4.774	5.446	19.939	134.872	253.364	253.364	100,00
Fundos de investimentos exclusivos								
Renda fixa	-	4.774	5.446	19.939	134.872	165.031	165.031	65,14
CDB	-	1.056	1.647	2.978	3.219	8.900	8.900	3,51
Debêntures	-	112	-	1.952	6.338	8.402	8.402	3,32
Letras Financeiras	-	3.606	-	-	11.024	14.630	14.630	5,77
Títulos públicos federais								
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	261	981	-	1.242	1.242	0,49
Letras do Tesouro Nacional - LTN O	-	-	2.436	14.028	14.250	30.714	30.714	12,12
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	1.102	-	98.840	99.942	99.942	39,45
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B O	-	-	-	-	1.201	1.201	1.201	0,48
Renda variável	37.017	-	-	-	-	37.017	37.017	14,61
Quotas de fundos de investimentos	36.025	-	-	-	-	36.025	36.025	14,22
Outros	992	-	-	-	-	992	992	0,39
Fundos de investimentos não exclusivos	51.316	-	-	-	-	51.316	51.316	20,25
Total	88.333	4.774	5.446	19.939	134.872	253.364	253.364	100,00

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

6. Investimentos--Continuação

6.2. Investimentos imobiliários

A composição da carteira de investimentos imobiliários alocados no PCA é seguinte:

	2015	2014
Imóveis		
Avenida Paulo Leitão, 695 - Magé - RJ	4.277	4.566
Praça Leoni Ramos, 1 Bl. 1 e 2 - Niterói - RJ	105.500	116.727
Rua Aureliano Coutinho, 81 - Petrópolis - RJ	7.400	8.270
Valores a receber (a pagar)	(26)	44
Total	117.151	129.607

A Instrução MTPS/PREVIC nº 21, de 23 de março de 2015, dispensa o registro da depreciação desde que a reavaliação imobiliária tenha periodicidade de um ano. A Fundação vem realizando reavaliações anualmente de seus imóveis.

Os imóveis foram avaliados duas vezes em 2015, motivados pela intenção de venda dos mesmos. Primeiramente, os imóveis localizados em Magé e Niterói foram avaliados a valor de mercado em maio de 2015. A Fundação reconheceu no mesmo mês o resultado dessas avaliações. Posteriormente, em novembro de 2015, os imóveis de Magé, Niterói e Petrópolis foram novamente avaliados a valor de mercado. O resultado negativo dessas avaliações foi de R\$12.586, os quais foram baseados nos Laudos de Avaliação emitidos por perito independente - APSIS Consultoria Empresarial Ltda. - CNPJ 27.281.922/0001-70.

Na avaliação a mercado realizada em novembro de 2014, nos imóveis localizados em Magé e Niterói, foi reconhecida a variação positiva no montante de R\$9.137, com base nos Laudos de Avaliação emitido pelo mesmo perito, APSIS Consultoria Empresarial Ltda.

Imóvel	Valor reavaliado em		Vida útil	Valor reavaliado em		Vida útil		
	31/12/2014	Reavaliação		31/12/2015	31/12/2013		Reavaliação	
Niterói	116.900	(11.400)	105.500	33 anos	108.000	8.900	116.900	34 anos
Petrópolis	8.293	(893)	7.400	34 anos	8.293	-	8.293	35 anos
Magé - RJ	4.570	(293)	4.277	37 anos	4.333	237	4.570	29 anos
Total	129.763	(12.586)	117.177		120.626	9.137	129.763	
Valores a receber (a pagar)	(26)	-	(26)		44	-	44	
Total dos investimentos imobiliários	129.737	(12.586)	117.151		120.670	9.137	129.607	

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

6. Investimentos--Continuação

6.2. Investimentos imobiliários--Continuação

Segue percentual de alocação dos imóveis em relação aos recursos garantidores. O limite estabelecido pela Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, é de 8%.

<u>Variação</u>	<u>Recursos garantidores</u>	<u>Investimento imobiliário</u>	<u>Percentual de alocação</u>
Em 31 de dezembro de 2014	689.638	129.607	18,79
Em 31 de dezembro de 2015	680.220	117.151	17,22

A inobservância do limite fixado ocorreu de forma passiva, tendo sido impactado pela valorização dos ativos tratados como investimentos imobiliários da Fundação, refletida nos saldos contábeis por conta do processo de reavaliação em decorrência da valorização e do crescimento expressivo do mercado imobiliário. De acordo com o artigo 52 da própria Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, quando o desenquadramento ocorre de forma passiva e decorrente da reavaliação de imóveis no caso dos investimentos imobiliários, não é considerado como uma infringência ao limite estabelecido. Por outro lado, o próprio artigo 52 da Resolução CMN nº 3.792 determina que o excesso, sempre que verificado, deve ser eliminado no prazo de setecentos e vinte dias. Até que o excesso seja eliminado, a Fundação se encontra impedida de efetuar novos investimentos imobiliários que possam agravar o excesso verificado, o que está sendo observado pela Administração.

O referido prazo para eliminação do excesso apurado iniciou-se em janeiro de 2013 e findou-se em dezembro de 2014. Com o término do prazo para se restabelecer o enquadramento requerido pela Resolução CMN nº 3.792, a Fundação permanece impedida de efetuar novos investimentos imobiliários que possam agravar o excesso observado, além de também se encontrar obrigada a persistir na adoção das medidas necessárias para a eliminação do excesso, principalmente em função da alienação dos imóveis depender, igualmente, de atos de terceiros, não tendo como a Fundação interferir de forma contundente no resultado de suas ações. Dando continuidade ao plano de enquadramento dos investimentos da carteira de imóveis, aprovado pelo Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva publicou novos editais de concorrência privada em junho de 2015 para alienação dos imóveis localizados nas cidades de Niterói e Magé. As operações não foram concretizadas ante a ausência de interessados. Novas concorrências serão lançadas pela Administração da Fundação. Desde a verificação do excesso e durante a execução do plano de enquadramento, o órgão regulador é cientificado da questão, inclusive pelo envio de relatórios periódicos, tendo apontado que as providências internas estão sendo adotadas.

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

6. Investimentos--Continuação

6.5. Exposições ao risco

6.5.1. Fundos de investimentos

O controle de risco de mercado é realizado pelo acompanhamento mensal dos limites estabelecidos na Política de Investimentos para os mandatos.

Na Política de Investimentos dos planos, há estabelecimento desses limites para VAR e B-VAR (Benchmark - VAR) nos mandatos das carteiras de investimentos.

O VAR dos planos está apresentado na tabela a seguir e se observa uma redução em 2015 em função da redução da volatilidade diante do aumento dos títulos mantidos até o vencimento e conseqüente redução das carteiras marcadas a mercado e da exposição em bolsa de valores.

<i>Value-at-risk (%)</i>	2015	2014
PCA	2,6346	4,5234
PACV	3,3372	4,2713
PGA	0,0051	0,0739

6.5.2. Imóveis

Os imóveis estão expostos aos riscos de flutuações de valor, de não renovação dos contratos de locação e de regulamentação do setor imobiliário.

6.5.3. Empréstimos

O limite de concessão do empréstimo está vinculado a 4 vezes o salário real de contribuição ou benefício de aposentadoria ou pensão por morte, limitado a 60% do valor do resgate por desligamento, restrito a R\$40. É cobrada no ato da concessão uma taxa referente ao fundo de reserva de garantia de empréstimo para cobertura do saldo devedor em caso de óbito. O risco de inadimplência é limitado devido a consignação em folha de pagamento.

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

6. Investimentos--Continuação

6.6. Depósitos judiciais/recursais

Referem-se a depósitos judiciais ou recursais vinculados a processos judiciais relativos aos empréstimos imobiliários no PCA. O saldo dos valores depositados judicialmente, em 31 de dezembro de 2015, é de R\$43 (R\$42 em 2014).

6.7. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Fundação possuía, em seus fundos de investimentos exclusivos, operações no mercado de derivativos através de contratos de futuros e swaps registrados pelo valor de mercado. As operações com derivativos são permitidas, desde que respeitadas os limites, restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.792 e regulamentações posteriores.

Os preços dos instrumentos derivativos são calculados diariamente e divulgados pela BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo. Adicionalmente, é realizado o ajuste diário das posições sensibilizando as cotas dos fundos da Fundação. Todas as operações são negociadas e registradas no sistema de custódia daquela instituição.

A posição em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

i. Futuros

Futuro	Posição	Referência	Vencimento	PCA		2015	2014
				Quantidade	Valor referência		
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2015	-	1	-	100
DI	Comprado	Taxa de Juros	07/2015	-	1	-	1.510
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2016	2	1	200	6.731
DI	Vendido	Taxa de Juros	01/2017	(2)	1	(173)	314
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2018	4	1	295	-
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2019	3	1	189	-
DI	Vendido	Taxa de Juros	01/2021	(1)	1	(46)	2.351
DI	Vendido	Taxa de Juros	01/2023	(2)	1	(69)	359
DI	Vendido	Taxa de Juros	01/2025	-	1	-	481
DI	Vendido	Taxa de Juros	01/2018	(7)	1	(259)	-
DI	Vendido	Taxa de Juros	01/2019	(4)	1	(127)	-
AUD	Vendido	Taxas de Câmbio	02/2015	-	60	-	(392)
CAD	Comprado	Taxas de Câmbio	02/2015	-	60	-	414
DOL	Comprado	Taxas de Câmbio	02/2015	-	50	-	667
OPDDOL	Comprado	Taxas de Câmbio	01/2015	-	60	-	102
OPDDOL	Comprado	Taxas de Câmbio	01/2015	-	60	-	(62)
EUR	Vendido	Taxas de Câmbio	02/2015	-	50	-	(811)
GBP	Comprado	Taxas de Câmbio	02/2015	-	35	-	436

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

6. Investimentos--Continuação

6.7. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

i. Futuros--Continuação

PACV							
Futuro	Posição	Referência	Vencimento	Quantidade	Valor referência	2015	2014
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2016	-	1	-	1.860
DI	Vendido	Taxa de Juros	01/2017	-	1	-	(864)
DI	Vendido	Taxa de Juros	01/2018	(7)	1	(257)	-
DI	Vendido	Taxa de Juros	01/2019	(4)	1	(126)	-
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2021	-	1	-	3.201
DOL	Comprado	Taxas de Câmbio	01/2015	-	50	-	664
DOL	Comprado	Taxas de Câmbio	07/2015	-	50	-	800
OPDIDI	Vendido	Índice	04/2015	-	1	-	(7)
OPDIDI	Vendido	Índice	04/2015	-	1	-	7
EUR	Vendido	Taxas de Câmbio	01/2015	-	50	-	(806)
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2016	-	1	-	3.100
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2017	-	1	-	1.571
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2018	-	1	-	350
DI	Vendido	Taxa de Juros	01/2021	-	1	-	550

ii. Swaps

PCA							
Operação	Vencimento	Indexador P	Taxa P %	Indexador A	Taxa A %	2015	2014
47589	15/08/2022	CDI	-	IPCA	3,825	(1.239)	(912)
47796	15/08/2022	CDI	-	IPCA	3,86	(103)	(77)
47800	15/08/2016	CDI	-	IPCA	3,18	(13)	(29)
47906	15/05/2015	CDI	-	IPCA	4,045	-	14
47984	15/05/2015	CDI	-	IPCA	3,735	-	1
48009	15/08/2018	CDI	-	IPCA	4,995	(7)	(15)
48010	15/08/2018	CDI	-	IPCA	5,045	(1)	(3)
48017	15/05/2015	IPCA	3,945	CDI	-	-	(9)
48477	15/08/2016	IPCA	5,435	CDI	-	(119)	15
49026	15/08/2024	CDI	-	IPCA	6,125	(14)	-
49030	17/08/2020	CDI	-	IPCA	6,235	(32)	-
49034	15/08/2024	CDI	-	IPCA	6,135	(12)	-
49035	15/08/2024	CDI	-	IPCA	6,147	(12)	-
49091	15/08/2022	IPCA	6,105	CDI	-	185	-
49370	17/08/2020	IPCA	6,875	CDI	-	5	-
49371	15/08/2022	IPCA	6,985	CDI	-	22	-
49376	15/08/2018	IPCA	6,460	CDI	-	5	-
49377	15/08/2024	IPCA	6,940	CDI	-	9	-
A2791	15/08/2016	CDI	-	IPCA	4,82	19	9
A2792	15/08/2016	CDI	-	IPCA	4,82	94	44
A2793	15/08/2016	CDI	-	IPCA	4,82	122	58
A2794	15/08/2016	IPCA	2,71	CDI	-	22	60
A2795	15/08/2016	CDI	-	IPCA	3,695	163	(40)
A2796	15/08/2016	IPCA	2,685	CDI	-	26	68
A2797	15/08/2016	IPCA	4,84	CDI	-	(227)	(109)
A4929	15/08/2022	IPCA	5,835	CDI	-	58	-

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

7. Exigível operacional

O demonstrativo da composição consolidada do exigível operacional é como segue:

	2015	2014
Impostos a recolher	397	305
Provisão de folha de pagamento	236	244
Repasse a sindicatos e associações	351	427
Fornecedores	343	194
Impostos a recolher sobre folha de pagamento	155	104
Repasse para patrocinadora de assistência médica/odontológica	934	729
Outros	127	157
Total do exigível operacional	2.543	2.160

8. Exigível contingencial

A Fundação está envolvida em diversas ações judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis, previdenciárias e tributárias. Com base no parecer de seus consultores jurídicos, a Administração constituiu provisão para perdas consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis.

A composição do exigível contingencial está resumida a seguir:

	2015			2014		
	PCA	PACV	Consolidado	PCA	PACV	Consolidado
Gestão previdencial	153.882	941	154.823	231.216	1.197	232.413
Investimento	469	-	469	417	-	417
Total dos processos	154.351	941	155.292	231.633	1.197	232.830

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

8. Exigível contingencial--Continuação

8.1. Passivos contingentes - prováveis

Esta rubrica contempla os processos judiciais de natureza previdenciária, administrativa e de investimentos, conforme detalhado a seguir:

8.1.1. Gestão previdencial

Os processos de natureza previdencial são ações interpostas por ex-participantes, participantes e assistidos, vinculados em sua maioria ao PCA e que estão pleiteando:

- (a) Concessão do benefício sem os limites etário e de teto de remuneração.
- (b) Revisão do benefício com base nas verbas salariais deferidas em processo trabalhista em face da patrocinadora.
- (c) (c) Nulidade da migração do PCA para o PACV, em abril de 1999.
- (d) Perdas decorrentes da conversão dos benefícios de cruzeiros reais para reais (Plano real), por ocasião do reajuste anual de outubro de 1994 (diferença de 46,6% referente ao INPC de junho de 1994).
- (e) Diferença de índice de reajuste.
- (f) Diferenças decorrentes de atualização monetária de reservas de poupança - expurgo inflacionário (março de 1990 a março de 1991 - IPC/BTN).
- (g) Resgate da contribuição patronal.

Os processos são atualizados mensalmente pela TR (Banco Central), acrescendo-se juros de mora de 1% ao mês, esses calculados sobre os valores corrigidos.

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

8. Exigível contingencial--Continuação

8.1. Passivos contingentes - prováveis--Continuação

8.1.2. Investimentos

Os processos dos investimentos são decorrentes, principalmente, de ações relativas ao imóvel de Petrópolis, bem como de anulação de cobrança do Empréstimo Imobiliário, conforme a seguir detalhado:

- (a) Imóvel de Petrópolis - Regularização do imóvel (obtenção da Escritura Definitiva).

Foram adotadas providências através de tratativas para formalização e regularização da escritura definitiva de compra e venda atinentes às frações ideais de terreno, com os promitentes vendedores das mesmas, em cumprimento ao que foi ajustado na escritura de promessa de compra de venda e de cessão. Depois de as tentativas administrativas, o processo passou para a esfera judicial.

Em decisão definitiva, a ação movida pela Fundação foi julgada integralmente procedente. Atualmente, aguarda-se registro da carta de adjudicação no cartório de registro de imóveis pertinente.

- (b) Anulação de cobrança do Empréstimo Imobiliário - Os processos discutem a legalidade da cobrança, já que, a maior parte dos mutuários entende não possuir mais qualquer débito em relação ao mesmo.

A movimentação do exigível contingencial no ano de 2015 está resumida a seguir:

PCA					
Saldo inicial	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização	Saldo final
231.680	10.191	(3.525)	(113.816)	29.821	154.351

PACV					
Saldo inicial	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização	Saldo final
1.197	-	(411)	-	155	941

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

8. Exigível contingencial--Continuação

8.1. Passivos contingentes - prováveis--Continuação

8.1.2. Investimentos--Continuação

A movimentação decorre da rotina normal de registro de pagamentos, reversões ou constituição de novas provisões para processos, de acordo com a classificação atual da demanda e que é reflexo, principalmente, do seu estágio processual. As baixas podem decorrer do pagamento efetivo da condenação ou da alteração do resultado da demanda. Podem, ainda, ser reflexo de revisão dos valores apurados em sede de execução em razão de fatos novos. No exercício de 2015, nota-se uma redução significativa que decorre principalmente da revisão dos critérios de quantificação do passivo de demandas envolvendo a questão da URV e que está relacionada a fixação, por perito judicial, de nova metodologia de cálculo que foi homologada em juízo, de forma a refletir as estimativas e premissas que melhor reflitam a expectativa da Administração no que diz respeito aos prováveis valores de liquidação dessas demandas judiciais.

8.2. Contingências ativas

Refere-se ao valor a receber decorrente de ação judicial transitada em julgado patrocinada pela Associação Brasileira de Entidades Fechadas de previdência Complementar (ABRAPP) em nome de suas associadas. A ABRAPP pleiteou a diferença de correção monetária paga a menor, no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFNDs emitidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, em decorrência da substituição do índice de preços ao consumidor - IPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo Bônus do Tesouro Nacional - BTN.

O FND foi criado em julho de 1986, com o objetivo de prover recursos para realização, pela União, de investimentos de capital necessários a dinamização do desenvolvimento nacional, bem como apoiar a iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas.

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

8. Exigível contingencial--Continuação

8.2. Contingências ativas--Continuação

O Fundo foi autorizado a emitir quotas e obrigações para captar recursos, denominadas OFNDs, com aquisição compulsória pelos fundos de pensão patrocinados por empresas do setor público, mediante utilização de 30% de suas reservas técnicas.

A ABRAPP obteve decisão favorável e transitada em julgado em 24 de setembro de 2008, no tribunal Regional Federal da 2ª região. Após esta decisão, a ABRAPP aguardou o decurso do prazo de dois anos para ação rescisória e, no exercício de 2010, orientou as suas associadas participantes do processo a efetuar a apuração dos valores a receber corrigidos monetariamente para dar início a ação de execução.

Nesse contexto, foi contratado um perito para mensurar o valor atualizado do crédito cobrado na ação, que, ao final, apurou um crédito em favor da Fundação no montante de R\$74.129. Tal crédito poderia ser objeto de registro contábil, já que houve o trânsito em julgado e por ter uma mensuração confiável.

No entanto, recordamos que, em 14 de outubro de 2011, através do ofício nº 4624/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, a Fundação, assim como as demais entidades que poderiam efetuar o registro contábil relativo à referida ação judicial, recebeu determinação do órgão fiscalizador, no sentido de que não fosse efetivado o registro, sob a justificativa de que enquanto não houvesse manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e a forma de pagamento pela União Federal, não deveria prevalecer o referido registro contábil. Oportunamente, quando atendidos os requisitos apontados pelo Órgão Fiscalizador, os valores serão devidamente contabilizados.

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

9. Patrimônio de cobertura do plano

a) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas de 2015 foram calculadas pelo atuário responsável pelos planos, a Consultoria Towers Watson (em 2014 foram calculadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda.), em conformidade com a legislação vigente e com as melhores práticas atuariais do mercado. As provisões matemáticas calculadas foram:

(i) *Benefícios concedidos*

Representam o valor atual dos compromissos futuros da Fundação para com os participantes/dependentes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadoria e pensão.

(ii) *Benefícios a conceder*

Representam o valor atual dos compromissos futuros da Fundação para com os participantes/dependentes que ainda não são elegíveis ou não solicitaram os benefícios a que fazem jus, estimados a partir da expectativa do prazo de permanência dos participantes.

(iii) *Provisões matemáticas a constituir*

Representam o valor atual das contribuições de responsabilidade da patrocinadora destinadas à cobertura do déficit técnico.

b) Equilíbrio técnico

Nos exercícios de 2015 e 2014, a rentabilidade dos investimentos dos planos foi inferior à meta atuarial definida para o mesmo período, em decorrência, principalmente, da alta volatilidade dos papéis de renda fixa e do baixo desempenho dos ativos na Bolsa de Valores.

PCA - Apesar de não ter atingido a meta atuarial, o PCA apresentou superávit no montante de R\$24.140 em 2015, resultante, principalmente, da reversão de parte do exigível contingencial no ano de 2015, o qual foi incorporado ao contrato de Refinanciamento do Compromisso de Reservas a Amortizar, que foi firmado entre a Ampla Energia e Serviços S.A. e a Fundação, e será cobrado após a aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho Deliberativo.

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

9. Patrimônio de cobertura do plano--Continuação

b) Equilíbrio técnico--Continuação

PACV - O PACV apresentou déficit no exercício de 2015 no montante de R\$27.877 (R\$48.191 em 2014), que foi proporcionalizado de acordo com as parcelas de benefícios concedidos e a conceder e por patrocinadora, identificando a parte de responsabilidade de cada uma.

Assim, a parcela do déficit de responsabilidade da patrocinadora Ampla será tratada como uma perda atuarial, conforme definido no contrato de confissão de dívida, com revisão atuarial, firmado em 2014.

A parcela do déficit de responsabilidade da patrocinadora Enel será equacionada através de contribuições extraordinárias, conforme definido no Plano de Equacionamento de Déficit.

A parcela do déficit de responsabilidade da patrocinadora Brasiletros referente aos benefícios concedidos será paga em parcela única, através de contribuição extraordinária, com recursos do PGA. A parcela do déficit referente aos benefícios a conceder será paga através de contribuições extraordinárias, conforme definido no Plano de Equacionamento de Déficit.

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

10. Hipóteses atuariais

As hipóteses atuariais em 2015 e 2014, segregadas por plano de benefícios previdenciais estão demonstradas abaixo:

Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA

Descrição	2015	2014
Situação do plano	Ativo em extinção	Ativo em extinção
Data de desativação	08/01/2099	08/j01/2099
Indexador do plano (reajuste dos benefícios)	INPC	INPC
Taxa real anual de juros	5,5% a.a.	5,5% a.a.
Crescimento real de salário	2,43% a.a.	1% a.a.
Crescimento real de benefícios	0% a.a.	0% a.a.
Fator de determinação valor real dos salários	0,98	0,98
Fator de determinação valor real dos benefícios	0,98	0,98
Geração futura	Não utilizada	Não utilizada
Rotatividade	0% a.a.	0% a.a.
Tábua de mortalidade geral (de válidos)	AT-2000 Basic (segregada por sexo)	AT-2000 Basic (segregada por sexo)
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1983	AT-2000 Basic (segregada por sexo)
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT (Light Média)	LIGHT (Light Média)
Regime financeiro	Capitalização	Capitalização
Método atuarial	Agregado	Agregado

Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV

Descrição	2015	2014
Situação do plano	Ativo em funcionamento	Ativo em funcionamento
Indexador do plano (reajuste dos benefícios)	INPC	INPC
Taxa real anual de juros	5,5% a.a.	5,5% a.a.
Crescimento real de salário	2,43% a.a.	1% a.a.
Crescimento real de benefícios	0% a.a.	0% a.a.
Fator de determinação valor real dos salários	0,98	0,98
Fator de determinação valor real dos benefícios	0,98	0,98
Geração futura	Não utilizada	Não utilizada
Rotatividade	Experiência Brasiletros 2013-2015	3% a.a.
Tábua de mortalidade geral (de válidos)	AT-2000 Basic (segregada por sexo)	AT-2000 Basic (segregada por sexo)
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1983	AT-2000 Basic (segregada por sexo)
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT (Light Média)	LIGHT (Light Média)
Regime financeiro	Capitalização	Capitalização
Método atuarial	Agregado/Capitalização Financeira	Agregado/Capitalização Financeira

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

10. Hipóteses atuariais--Continuação

A Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo aprovaram as hipóteses atuariais acima relacionadas para determinação das provisões matemáticas em 31 de dezembro de 2015, com base nos resultados apresentados no estudo técnico de aderência elaborado pelo atuário responsável pelos planos de benefícios.

No PCA e no PACV, foram alteradas a taxa de crescimento salarial de 1% para 2,43% e a tábua de mortalidade de inválidos da AT-2000 Basic para a RRB-1983. Adicionalmente, no PACV foi alterada a taxa de rotatividade, que passou de 3% a.a. para as taxas obtidas com o estudo da experiência da Fundação, nos anos de 2013 a 2015. Recordamos que, no ano de 2014 e com relação aos dois planos, houve alteração da tábua de entrada em invalidez, que passou de light forte para light média.

A aderência da taxa real de juros foi objeto de estudo específico, que consistiu na análise do fluxo de caixa esperado da carteira de ativos dos planos e do fluxo de pagamento de benefícios projetados, para estimar a expectativa de retorno dos investimentos no longo prazo. Os resultados das análises desenvolvidas permitiram concluir que a taxa real de juros de 5,5% a.a., estabelecida para as projeções atuariais dos planos em 2015, está em linha com as expectativas de retorno real das aplicações dos recursos garantidores de cada plano de benefícios.

11. Contrato de dívida com a patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A.

11.1. Contrato de refinanciamento de compromisso de reserva a amortizar - PCA

Em 1º de janeiro de 2002, a Fundação assinou contrato de cobertura, consolidação e garantia de refinanciamento do compromisso das provisões matemáticas a constituir junto à Ampla Energia e Serviços S.A. O contrato foi financiado em 20 anos, com carência de 30 meses, reajustado inicialmente com base no IGP-DI e juros de 6% ao ano, e posteriormente alterado para INPC com juros de 5,5%. No período de carência, a patrocinadora pagou os juros e correção monetária. Após, pagou também a amortização.

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

11. Contrato de dívida com a patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A. --Continuação

11.1. Contrato de refinanciamento de compromisso de reserva a amortizar - PCA --Continuação

O contrato firmado possui cláusula de revisão atuarial, através da qual os déficits registrados no plano serão acrescidos e os superávits abatidos do saldo do contrato. O valor da revisão atuarial de R\$7.419 é composto pelo resultado deficitário do exercício de 2014, no valor de R\$31.559 e pelo resultado superavitário de 2015 no valor de R\$24.140, como se segue:

	2015			2014		
	Serviço passado	Déficit equacionado	Total	Serviço passado	Déficit equacionado	Total
Saldo no início do exercício	103.565	148.313	251.878	109.956	54.944	164.900
Atualização monetária	10.790	18.859	29.649	6.604	7.446	14.050
Juros	5.582	9.758	15.340	5.765	6.892	12.657
Valores recebidos no exercício	(18.915)	(31.666)	(50.581)	(18.760)	(21.616)	(40.376)
Revisão atuarial	-	7.419	7.419	-	100.647	100.647
Saldo no final do exercício	101.022	152.683	253.705	103.565	148.313	251.878

11.2. Equacionamento dos efeitos da alteração da hipótese de crescimento real dos benefícios - PACV

Teve por objetivo equacionar definitivamente os efeitos da alteração da hipótese atuarial denominada "Crescimento Real de Benefícios" de -1,5% a.a. para 0%, na avaliação atuarial realizada em 31/12/2006, em decorrência da edição da Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, que proibiu a adoção de taxas negativas para as projeções de crescimento real dos benefícios do plano.

Foram realizados dois acordos judiciais, sendo o primeiro homologado em 07/08/2012, que contemplou os participantes da base territorial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica do Norte e Noroeste Fluminense - STIEENN (Base Campos) e o segundo homologado em 29/04/2013, contemplando os participantes da base territorial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Niterói - STIEEN e do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro - SENGE/RJ (Base Niterói), respectivamente.

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

11. Contrato de dívida com a patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A. --Continuação

11.2. Equacionamento dos efeitos da alteração da hipótese de crescimento real dos benefícios - PACV--Continuação

Desta forma, para cada acordo judicial foi celebrado um Contrato de Financiamento entre a Patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A. e a Fundação. Foi efetivado o pagamento de prestação única para os participantes assistidos à época e previsto, para os demais que optarem por renda vitalícia, o pagamento adicional de 120 (cento e vinte) prestações mensais consecutivas, devidamente atualizadas pelo INPC e acrescidas da taxa de juros equivalente ao mínimo atuarial praticado pelo Plano e prevista na Demonstração Atuarial - DA.

A evolução é a seguinte:

	2015			2014		
	Campos	Niterói	Total	Campos	Niterói	Total
Saldo no início do exercício	3.068	9.113	12.181	3.321	9.691	13.012
Correção monetária	321	959	1.280	200	585	785
Juros	166	497	663	175	515	690
Valores recebidos no exercício	(520)	(1.445)	(1.965)	(494)	(1.356)	(1.850)
Revisão atuarial	(34)	(47)	(81)	(134)	(322)	(456)
Saldo no final do exercício	3.001	9.077	12.078	3.068	9.113	12.181

11.3. Plano de equacionamento de déficit do PACV

O equacionamento do déficit acumulado (exercícios de 2014 e 2015), será efetuado exclusivamente por contribuições extraordinárias das patrocinadoras, de forma proporcional às parcelas de benefícios concedidos e às de benefícios à conceder, identificando-se a parte de responsabilidade de cada uma.

A parte do déficit de responsabilidade da patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A. foi objeto de contrato de confissão de dívida no ano de 2014, conforme determina a legislação vigente, com cláusula de revisão atuarial, onde o saldo devedor do contrato será revisto ao final de cada ano, em função dos eventuais ganhos ou perdas observados nas avaliações atuariais.

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

11. Contrato de dívida com a patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A. --Continuação

11.3. Plano de equacionamento de déficit do PACV--Continuação

A parte do déficit relativa aos benefícios a conceder de reponsabilidade das patrocinadoras Brasiletros e Enel está sendo equacionada através de contribuições extraordinárias calculadas sobre a folha de salários dos participantes. A parcela do déficit proveniente dos benefícios concedidos da patrocinadora Brasiletros será paga à vista.

Em todos os casos, a amortização do déficit está sendo financiada em 15 anos.

Os recursos acumulados no Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar serão utilizados para abater parte das contribuições extraordinárias devidas, enquanto houver saldo.

A evolução da dívida, iniciada em 31 de dezembro de 2014, é a seguinte:

	AMPLA			BRASILETROS			ENEL			TOTAL		
	A Conceder	Concedido	Total	A Conceder	Concedido	Total	A Conceder	Concedido	Total	A Conceder	Concedido	Total
Saldo no início do exercício	14.140	33.544	47.684	249	46	295	211	-	211	14.600	33.590	48.190
Correção monetária	1.553	3.684	5.237	28	2	30	24	-	24	1.605	3.687	5.291
Juros	807	1.915	2.722	13	1	14	12	-	12	832	1.916	2.748
Valores recebidos no exercício	(1.127)	(2.673)	(3.800)	(30)	(49)	(79)	(11)	-	(11)	(1.168)	(2.722)	(3.890)
Revisão atuarial	7.714	19.790	27.504	71	154	225	149	-	149	7.934	19.944	27.878
Saldo no final do exercício	23.087	56.260	79.347	331	154	485	385	-	385	23.803	56.414	80.217

12. Fundos

	2015			2014		
	PCA	PACV	Consolidado	PCA	PACV	Consolidado
Previdenciais	19.092	2.467	21.559	18.244	4.999	23.243
Reversão de saldo por exigência regulamentar	-	2.158	2.158	-	4.875	4.875
Cobertura de demandas judiciais	19.092	-	19.092	18.244	-	18.244
Cobertura de conta coletiva de risco	-	309	309	-	124	124
Administrativo						
Fundo da gestão administrativa	3.315	4.521	7.836	3.404	3.808	7.212
Investimentos	419	92	511	303	61	364
Empréstimo simples	389	92	481	274	61	335
Financiamento imobiliário	31	-	31	29	-	29
Total dos fundos	22.827	7.080	29.906	21.951	8.868	30.819

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

12. Fundos--Continuação

12.1. Fundos previdenciais

Fundo previdencial de reversão de saldo por exigência regulamentar do PACV - constituído pelas parcelas das contribuições das patrocinadoras, que não foram passíveis de resgate pelos participantes que se desligaram do plano antes de serem elegíveis aos benefícios contratados. Esse fundo é atualizado mensalmente pelo índice-pós.

Fundo para cobertura de demandas judiciais - constituído em 2012 no PCA, com o objetivo de compensar parte do acréscimo nas provisões matemáticas de benefícios concedidos, em decorrência de decisões judiciais, que determinaram a revisão do reajuste aplicado aos benefícios mensais quando da conversão do cruzeiro real para real. Esse fundo é atualizado mensalmente pelo INPC e acrescido da taxa de juros equivalente ao mínimo atuarial praticado pelo Plano e prevista na Demonstração Atuarial - DA.

Fundo de cobertura da conta coletiva de risco - constituído no PACV, no ano de 2014, com o excesso resultante da diferença entre o saldo acumulado destinado à cobertura da Conta Projetada para os casos de concessão de benefício de pensão por morte ou invalidez de participante ativo, e o valor presente desse passivo. Esse fundo é atualizado mensalmente pelo índice - pós.

12.2. Fundo administrativo

Fundo Administrativo - constituído pela diferença entre as receitas e as despesas administrativas acrescida do saldo no ativo permanente. O saldo do fundo administrativo é segregado por plano e destina-se à cobertura de insuficiências no custeio administrativo.

12.3. Fundo investimento - empréstimos

Fundo de Investimentos (empréstimo simples) - constituído pelos prêmios descontados sobre os valores concedidos de empréstimo. Foi criado com a finalidade de garantir a quitação do saldo devedor de empréstimo em caso de falecimento do mutuário e é atualizado pelo INPC e acrescido da taxa de juros equivalente ao mínimo atuarial praticado pelo Plano e prevista na Demonstração Atuarial - DA.

Fundo de Investimentos (financiamento imobiliário) - constituído para garantir a quitação dos empréstimos concedidos aos participantes nessa modalidade.

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

13. Plano de Gestão Administrativa - PGA

a) Receita para administração do PGA

É formada pela contribuição das patrocinadoras, pela transferência dos investimentos dos planos de benefícios conforme orçamento anual e pela rentabilidade dos investimentos do próprio plano. A contribuição da patrocinadora e o valor do investimento dos planos de benefícios são transferidos mensalmente para o PGA.

	2015			2014		
	PCA	PACV	Consolidado	PCA	PACV	Consolidado
Contribuição taxa da patrocinadora	2.065	1.266	3.331	1.936	1.190	3.125
Transferido do investimento	2.435	702	3.137	2.333	691	3.024
Resultado positivo dos investimentos do PGA	454	445	899	339	333	672
Outras receitas	1	-	1	-	-	-
Total da receita	4.955	2.413	7.368	4.608	2.214	6.822

b) Despesas com pessoal e encargos

	2015	2014
Diretoria	1.244	1.866
Empregados	2.561	1.957
Estagiário	68	60
	3.873	3.883

A remuneração da diretoria, expurgando o efeito dos encargos e benefícios, foi de R\$848 em 2015 e R\$1.323 em 2014 com a aposentadoria do Diretor Presidente.

c) Serviços de terceiros

	2015	2014
Consultoria jurídica	804	969
Sistemas de informática	453	411
Consultoria atuarial	219	227
Consultoria de investimentos	107	99
Assessoria técnica	-	72
Auditoria contábil	134	125
Gestão de planejamento estratégico	48	53
Motoboy	39	36
Recursos humanos	24	24
Outras	54	60
Serviços de terceiros	1.882	2.076

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

14. Outras informações

O ajuste de precificação referido na Resolução CGPC nº 26/2008 e na Instrução Previc nº 19/2015, apurado no máximo anualmente, corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados na categoria de títulos “mantidos até o vencimento”, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial e o valor contábil desses mesmos títulos. O cálculo deve atender a uma série de requisitos, e são obrigatórias a apuração e divulgação desse ajuste, bem como a Fundação deve encaminhar para a PREVIC o cálculo em planilha específica.

No PCA, o ajuste de precificação não atendeu o requisito de duração do fluxo dos títulos públicos federais objetos do ajuste ser inferior à duração do fluxo de pagamento de benefícios, ou seja, a “duration” dos títulos públicos atrelados a índices de preços classificados na categoria mantidos até o vencimento foi maior que a “duration” do passivo. Assim, o plano PCA não se enquadra nos requisitos para apuração e divulgação do ajuste de precificação.

No PACV, não há títulos atrelados a índices de preços classificados na categoria de “mantidos até o vencimento”, portanto não se enquadra nos requisitos para apuração e divulgação do ajuste de precificação.

15. Responsáveis

David Augusto de Abreu
Diretor Presidente
CPF: 010.618.617-59

Daniela dos Santos Oliveira H. de Melo
Diretora de Investimentos, Administração e
Finanças
080.689.697-30

Oscar Enrique Campos Jara
Diretor de Seguridade
053.736.007-76

Muci Girgi Germain
Diretor Jurídico
072.175.007-96

Andréa de Souza Barreto
Contadora - CRC-RJ 095.267/O-8
CPF: 095.108.274-71